

**RESOLUÇÃO CONJUNTA ANA/SRH-CE/SEMAR-PI Nº 547 DE 5 DE DEZEMBRO DE 2006**

Estabelece o Marco Regulatório que dispõe sobre estratégias de gestão de recursos hídricos nas bacias dos rios Poti e Longá e procedimentos e condições para as outorgas preventiva e de direito de uso, considerando a regularização das intervenções e usos atuais, bem como as regras para as intervenções e usos futuros.

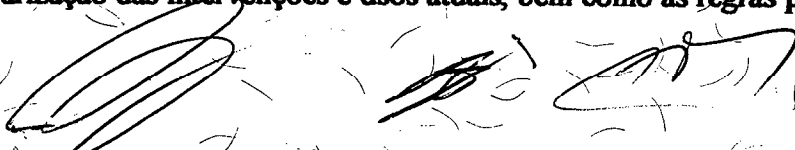
**O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, I, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 173, de 17 de abril de 2006, o **SECRETÁRIO DE ESTADO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ - SRH**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41 da Lei do Estado do Ceará nº 11.996, de 24 de julho de 1992, e o **SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS DO PIAUÍ**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42 da Lei do Estado do Piauí nº 5.165, de 17 de agosto de 2000, e

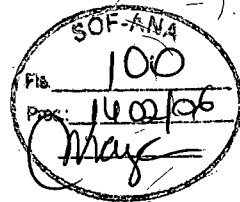
considerando o art. 4º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que determina que a União se articulará com os Estados, tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum;

considerando as ações para a gestão integrada dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios Poti e Longá, envolvendo a ANA, o Estado do Piauí, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMAR-PI, o Estado do Ceará, por meio da Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH-CE e da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – COGERH, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF e os Ministérios Públicos dos Estados do Piauí e do Ceará, visando a harmonizar os critérios, normas e procedimentos relativos à outorga e monitoramento dos usos de recursos hídricos, à gestão integrada dos reservatórios, à determinação do plano de regularização e ordenamento de usos e à otimização dos investimentos em intervenções hídricas;

considerando que, no âmbito da estratégia de articulação institucional para a gestão integrada dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios Poti e Longá, foi constituído o Grupo de Articulação Institucional – GAI, com poder deliberativo, composto por dirigentes da ANA, dos órgãos gestores estaduais do Piauí e do Ceará, do DNOCS e da CODEVASF; e o Grupo Técnico Operacional – GTO, composto por técnicos das instituições acima citadas e dos Ministérios Públicos dos Estados do Piauí e do Ceará, que tem por objetivo dar suporte técnico para a definição, implementação e acompanhamento deste Marco Regulatório, resolvem:

Art. 1º Estabelecer o Marco Regulatório que dispõe sobre estratégias de gestão de recursos hídricos nas bacias dos rios Poti e Longá e procedimentos e condições para a outorga de direito de uso, considerando a regularização das intervenções e usos atuais, bem como as regras para as intervenções e usos futuros.





**Art. 2º** Para os fins desta Resolução, fica definido que:

**I** - Outorga de direito de uso de recursos hídricos: é o ato administrativo mediante o qual a autoridade outorgante faculta ao requerente o direito de uso dos recursos hídricos, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato, considerada a legislação específica;

**II** - Outorga preventiva de uso de recursos hídricos: é o ato administrativo emitido pela autoridade outorgante competente destinado a reservar a vazão passível de outorga, possibilitando aos investidores o planejamento de empreendimentos que necessitem desses recursos;

**III** - Marco Regulatório: marco legal de regulação do uso das águas, caracterizado por regras de uso de recursos hídricos e elaborado de forma negociada entre órgãos gestores de recursos hídricos, para uma determinada bacia hidrográfica;

**IV** - As bacias hidrográficas dos rios Poti e Longa, referenciadas pelos exutórios dos cursos principais no rio Parnaíba, de coordenadas 42° 50' 00"W; 05° 02' 00"S e 41° 56' 00"W; 03° 09' 00"S, respectivamente, serão denominadas simplesmente BACIAS;

**V** - A bacia do rio Inhuçu, referenciada pelo seu exutório na margem direita do rio Poti, nas coordenadas geográficas 41° 14' 00"W; 04° 58' 00"S, inclui seus afluentes denominados Macambira e Piau.

**Art. 3º** Os procedimentos e critérios definidos nesta Resolução são válidos para novos atos de outorga preventiva ou outorga de direito de uso, bem como para a renovação das outorgas em vigor, de acordo com a dominialidade das águas, para os seguintes usos:

**I** - derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;

**II** - outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

**§1º** Não serão objeto de outorga de direito de uso de recursos hídricos, devendo ser cadastrados em formulário específico disponibilizado pela autoridade outorgante competente, os usos associados a vazões de captação superficiais ou subterrâneas inferiores a 2 m<sup>3</sup>/h (dois metros cúbicos por hora), enquanto não houver deliberação do comitê de bacia hidrográfica, aprovada pelo respectivo conselho de recursos hídricos.

**§2º** Os usuários cujas captações forem consideradas insignificantes receberão um certificado de dispensa de outorga por parte da autoridade outorgante competente, ficando obrigados a manter atualizadas suas informações cadastrais junto à respectiva autoridade outorgante.

**Art. 4º** O requerimento de outorga de uso será formulado, por escrito, à ANA ou à autoridade outorgante competente estadual, de acordo com a dominialidade dos recursos hídricos, e deverá ser instruído com, no mínimo, as seguintes informações:

**I** - a identificação do requerente;





II – a identificação do empreendimento;

III – a localização geográfica do(s) ponto(s) de interferência do objeto do pleito de outorga, incluindo nome do corpo de água e da bacia hidrográfica principal;

IV – a especificação da(s) finalidade(s) do(s) uso(s) da água;

V – as vazões requeridas e o seu regime de variação, em termos de número de dias de captação em cada mês e de número de horas de captação em cada dia, nos casos de captações ou derivações de água superficial ou subterrânea; e

VI – a indicação dos demais documentos encaminhados anexos ao pedido.

§1º Os formulários para requerimento de outorga deverão estar disponíveis na sede da autoridade outorgante competente e na sua página na *internet*, juntamente com as instruções de preenchimento.

§2º Implantada a delegação da outorga de direito de uso, os pedidos à ANA serão encaminhados diretamente à autoridade outorgante delegada.

Art. 5º Para autuação do pedido de outorga, a autoridade outorgante competente deverá verificar:

I – o preenchimento correto do(s) formulário(s);

II – a documentação apresentada, incluindo informações técnicas, projetos e croquis;

III – a localização geográfica do(s) ponto(s) de interferência e a dominialidade das águas; e

IV – a adequação dos valores informados.

Art 6º A autoridade outorgante competente, ou o próprio requerente, dará publicidade aos pedidos de outorga de uso de recursos hídricos, por meio de divulgação no Diário Oficial do Estado.

§ 1º No caso de solicitações de outorga de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, a ANA deverá dar publicidade do pedido no Diário Oficial da União.

§ 2º Da divulgação do pedido de outorga deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

I – identificação do requerente: nome, CPF/RG ou CNPJ; e

II – localização geográfica e hidrográfica, vazão solicitada e finalidade a que se destinem as águas.

Art. 7º O prazo máximo, ressalvados os prazos legais mais restritivos estabelecidos por lei, para manifestação técnica conclusiva da autoridade outorgante competente é de 90 (noventa) dias, contados da data de autuação do processo, não se computando o prazo despendido pelo requerente para apresentar as informações complementares solicitadas.



Art. 8º O processo objeto do requerimento de outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser arquivado quando o requerente deixar de apresentar as informações ou documentos solicitados pela autoridade outorgante, após três meses, contados da data da ciência da solicitação pelo requerente.

Art. 9º Os pedidos de outorga poderão ser indeferidos em função do não-cumprimento das exigências técnicas ou legais ou do interesse público, mediante decisão devidamente fundamentada, devendo ser publicada na forma de extrato no Diário Oficial.

Art. 10. O extrato da Portaria ou da Resolução de concessão da outorga deverá ser publicado no respectivo Diário Oficial, pela autoridade outorgante competente, ou pelo próprio requerente, no mínimo, com as seguintes informações:

I – identificação do requerente: nome, CPF/RG ou CNPJ;

II – localização geográfica e hidrográfica, vazão outorgada e finalidade a que se destinem as águas;

III – prazo da outorga; e

IV – número do processo administrativo autuado.

Art. 11 Os atos de outorga observarão as restrições decorrentes do balanço entre disponibilidade hídrica e demanda, em termos quantitativos e qualitativos, realizado de forma integrada no âmbito das BACIAS.

Art 12. Ao analisar os pedidos de outorga de uso de recursos hídricos, a autoridade outorgante competente deverá observar, na análise técnica desses pedidos:

I – o uso racional da água;

II - a disponibilidade hídrica para atendimento à solicitação.

§ 1º A avaliação quanto à disponibilidade hídrica deverá considerar a compatibilidade entre a demanda hídrica e as finalidades pretendidas.

§ 2º O DNOCS e a CODEVASF poderão, quando demandados pelos órgãos gestores de recursos hídricos, contribuir no processo de emissão de outorgas, mediante análise e emissão de parecer técnico preliminar.

Art 13. Na análise de solicitações de outorga para captações e derivações de água, deverá ser utilizada como referência a vazão regularizada com 100% de garantia para os principais açudes já construídos ou previstos nas BACIAS.

Parágrafo único. Nos processos anuais de alocação negociada de água, deverão ser reservados aos usuários volumes compatíveis com as disponibilidades hídricas.

Art. 14. A capacidade máxima de acumulação para os novos açudes a serem construídos na bacia do rio Inhuçu, no Estado do Ceará, é de 420 hm³.

Parágrafo único. Atingida a capacidade máxima de acumulação, a vazão regularizada com 100% de garantia do Sistema Inhuçu-Lontras é de 3,05m<sup>3</sup>/s.

Art. 15. A capacidade máxima de acumulação dos novos açudes a serem construídos na bacia do rio Poti, excluída a bacia do rio Inhuçu, no Estado do Ceará, é de 490 hm<sup>3</sup>.

Parágrafo único. Atingida a capacidade máxima de acumulação, a vazão regularizada com 100% de garantia do açude Fronteiras é de 4,40m<sup>3</sup>/s.

Art. 16. A capacidade máxima de acumulação dos novos açudes na bacia do rio Poti, no Estado do Piauí, desde a divisa com o Estado do Ceará até a seção prevista para o açude Castelo, de coordenadas aproximadas de 05°04'00"S e 41°35'00"W, é de 1.250 hm<sup>3</sup>.

§ 1º Atingida a capacidade máxima de acumulação, a vazão regularizada com 100% de garantia do açude Castelo é de 9,50m<sup>3</sup>/s.

§ 2º O projeto de novos açudes no rio Poti, a jusante da seção prevista para o açude Castelo, deverá considerar a açudagem existente e prevista em toda a bacia.

Art. 17. O planejamento e a implantação dos açudes deverão ser precedidos, respectivamente, de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos, além de outras licenças exigidas pela legislação, tal como as exigidas pelos órgãos ambientais.

Art. 18. A vazão de entrega do Estado do Ceará para o Estado do Piauí, no rio Piracuruca, na divisa geográfica dos Estados, será de 250 l/s (duzentos e cinquenta litros por segundo).

Parágrafo único. A vazão de entrega estabelecida no *caput* poderá ser aumentada para até 300 l/s (trezentos litros por segundo), em articulação entre os órgãos gestores intervenientes no processo e edição de resolução conjunta, em função de demandas devidamente justificadas.

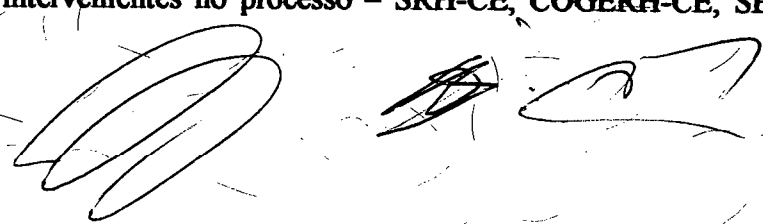
Art 19. A vazão de entrega do Estado do Ceará para o Estado do Piauí será de 500 l/s (quinhentos litros por segundo), correspondendo ao somatório das vazões dos rios Inhuçu e Poti na divisa dos Estados, devendo ser suprida em sua totalidade pelo Estado do Ceará, quando a soma das capacidades de acumulação dos novos açudes nas bacias dos rios Inhuçu e Poti atingirem, em seu primeiro enchimento, os valores totais constantes nos arts. 14 e 15.

§ 1º Durante a fase de operação dos reservatórios, quando os volumes acumulados nos reservatórios atingirem os limites mínimos operacionais, a vazão de entrega deverá ser revista pelos órgãos gestores intervenientes no processo, para estabelecimento de valores temporários racionalizados, com a edição de resolução conjunta.

§ 2º Enquanto os novos reservatórios a serem construídos nas bacias dos rios Poti e Inhuçu não atingirem, em seu primeiro enchimento, a capacidade total de acumulação prevista nos arts. 14 e 15, a vazão de entrega será definida, por meio de resolução conjunta, dentro do limite estabelecido no *caput*, proporcionalmente à capacidade de acumulação dos novos reservatórios implantados.

Art. 20. Para o monitoramento qualitativo e quantitativo das águas das bacias dos rios Poti e Longá e acompanhamento do atendimento das vazões de entrega entre os Estados, a ANA, em articulação com os órgãos intervenientes no processo – SRH-CE, COGERH-CE, SEMAR-PI,

JTC



**DNOCS e CODEVASF – definirá os pontos em que será necessária a instalação de novas estações, baseando-se na rede existente e na possibilidade de apoio à fiscalização do cumprimento das outorgas e usos não-regularizados.**

**§ 1º A definição dos parâmetros químicos, físicos e biológicos a serem analisados, a periodicidade das campanhas e a localização dos pontos de monitoramento qualitativo das águas dos açudes e das seções de rios serão realizadas por meio de um plano de monitoramento a ser aprovado por resolução conjunta.**

**§ 2º Para o acompanhamento do cumprimento das vazões de entrega estabelecidas nos arts. 18 e 19, a ANA e os Estados do Ceará e Piauí articular-se-ão para o monitoramento das vazões dos rios Piau, Piracuruca e Poti, nas divisas entre os Estados.**

**§ 3º A ANA e os Estados do Ceará e Piauí articular-se-ão visando à implantação de estações fluviométricas para o monitoramento das vazões afluentes e defluentes dos reservatórios.**

**§ 4º Os dados resultantes das observações serão armazenados e divulgados pela ANA e pelos demais órgãos gestores de recursos hídricos.**

**Art. 21. Para efeito da formação de um banco de dados integrado, as autoridades outorgantes deverão alimentar o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH com as informações advindas das outorgas emitidas.**

**Art. 22. Os parâmetros e critérios definidos nesta Resolução serão revisados no prazo de até dez anos.**

**Parágrafo único. No caso de aprovação dos planos das bacias dos rios Poti e Longá, esta Resolução deverá ser revisada e a adequada às estratégias e prioridades definidas para as bacias.**

**Art. 23. Objetivando a implementação e o acompanhamento das ações para a gestão integrada dos recursos hídricos nas BACIAS, ficam mantidos o Grupo de Articulação Institucional – GAI, com poder deliberativo, e o Grupo Técnico Operacional – GTO, responsável pelos estudos técnicos, cujos componentes serão definidos por meio de portarias.**

**Parágrafo único. O GTO, em articulação com os usuários, entidades da sociedade civil e instituições públicas que atuam nas BACIAS, irá apoiar a constituição de comissões gestoras por reservatório ou trecho de rio.**

**Art. 24. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.**

  
**JOSÉ MACHADO**

  
**EDINARDO XIMENES RODRIGUES**

  
**DALTON MELO MACAMBIRA**



RELAÇÃO Nº 6/2007

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Bento Barcelos - 896064/04 - A.I. 564/06
José Carlos Acebri - 896364/04 - A.I. 565/06
José Eduardo Vervloet Dos Santos - 890527/91 - A.I. 566/06
Jupiter Extração de Arcia e Barro Ltda - Epp - 896622/01 - A.I. 374/06
Terraplanagem Nossa Senhora da Penha LTDA. - 896617/04 - A.I. 569/06

RELAÇÃO Nº 7/2007

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/Área disponível (6.50)(3.28)
Ademar Tomm - 896449/04
Admar Pilon - 896118/06
Almir Zavarize - 896454/04
Andréia de Oliveira Liqueur Soares de Abreu - 896105/06
Carlos Aguido Dos Passos -M.E. - 896425/04
Cemasa Companhia de Exploração Mineral e Águas S.A. - 896023/05
Cleversson Pessamiglio - 896667/05
Edson Dias Lima - 896303/04
Gerusa Demoner Curtio - 896166/06
Maurício Augusto Vantil - 896403/04
Migema Mineração e Geologia e Meio Ambiente Ltda - 896021/05
Stone Marco Granitos e Mármore Ltda - me - 896302/04
w. a. Trading Mineração Ltda - me - 896124/06

IZABEL CRISTINA POZZATO TEIXEIRA NEVES
Substituta

23º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 5/2007

FASE DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(1.31)
868.160/06-Of.36/07-Pedro Batista Pinto-Bandeirantes
868.162/06-Of.37/07-EMTERPEL-Empresa de Transp Pedrosa Ltda
Determina o arquivamento do processo.(1.55)
868.116/06-Odair Barris
Indefere o pedido de reconsideração.(1.81)
868.061/06-868.062/06-Min. Antena Dourada Ltda
Reconsidera o despacho que indeferiu o requerimento de pesquisa e torna sem efeito a disponibilidade da área.(1.82)(3.57)
868.060/06-Ricardo Akio Masumoto
FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias (2.50).
868.224/01-Of.33/07-MPP-Min. Pirâmide Participações Ltda
Neza aprovação ao relatório de pesquisa/Área disponível.(3.18)(3.28)
868.183/04-David Haddad Neto
Auto de infração lavrado/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias.(6.38)
868.128/04-A.I.70/07-Barris & Barris Ltda-ME
FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA
Auto de infração lavrado/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias (4.59)
807.302/77-A.I.242/06-Calcário Bonito Ltda.
868.009/99-A.I.01/07 e 868.009/00-A.I.69/07-Mineradora Eva Ltda
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(4.70)
004.019/48-Of.32/07-Soc. Brasileira de Imóveis Ltda
806.723/70-Of.1287/06-Min. Corumbense Reunida S/A
807.302/77-Of.1286/06-Calcário Bonito Ltda
FASE DE LICENCIAMENTO
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(7.18)
868.142/02-Of.1288/06-Paulo Roberto Bortoletto-ME
868.170/04-Of.110/07-Airton Leandro da Silva-ME
Prorroga por 60 dias o prazo para cumprimento de exigência.(7.22)
868.083/04-Of.219/SEM/06-Dorival Ferreira Xavier
Defere a Renovação do Registro de Licença.(7.42)
868.021/04-Nº25/04-Imóveis Dagostin Ltda-Prazo: até 01/01/2012
Autoriza a averbação dos atos de transferência do Registro de Licença.(7.49)
868.229/01-de: Sidnei Nunes Caldo-ME em favor de: Aparecido Caldo-ME - CNPJ: 26.853.747/0001-86
Determina o arquivamento do Auto de Infração.(7.62)
868.147/00-A.I. 60, 61, 62 e 63/SEM/06-Helena Henrique da Silva-ME
868.142/02-A.I. 33/SEM/06-Paulo Roberto Bortoletto-ME
Multa aplicada/prazo para pagamento: 30 dias. (7.73)
868.204/04-Delta Eng. e Const. Ltda
Torna sem efeito o despacho que cancelou o registro de licença e a disponibilidade da área (7.96)(3.57)
868.008/04-Cebrainne Min. e Com.Ltda

VALDEZ STEINLE DE CARVALHO

RETIFICAÇÃO

Na Relação nº 33/2006-DNPM/MS, publicada no DOU de 28/12/2006, Seção 1, Fase de Licenciamento, Onde se lê: "868.205/06-Of. 1282/06...", Leia-se: "868.205/05-Of. 1282/06..."

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 7, DE 19 DE JANEIRO DE 2007

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, no estabelecimento no Decreto-Lei nº 8.841, de 8 de agosto de 1945, bem como o que consta do Processo DNPM nº 890690/1998, resolve:

Art. 1º Outorgar à SANTA ROSA DE LIMA INDUSTRIA-LIZAÇÃO E SERVIÇOS ALIMENTÍCIOS LTDA. - ME concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, no Município de Ilorabat, Estado do Rio de Janeiro, numa área de 49,00ha, delimitada por um polígono que tem um vértice a 1.000m, no rumo verdadeiro de 22º45'NW do ponto de Coordenadas Geográficas: Lat. 22º44'29,0"S e Long. 42º51'39,7"W, e os lados a partir deste vértice com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 700m-W, 700m-N, 700m-E, 700m-S.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 61,425ha, delimitada por um polígono que tem um vértice a 650m, no rumo verdadeiro de 22º45'NW do ponto de Coordenadas Geográficas: 22º44'29,0"S e Long. 42º51'39,7"W, e os lados a partir deste vértice com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 650m-W, 945m-N, 650m-E, 945m-S.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAIR

PORTARIA Nº 8, DE 19 DE JANEIRO DE 2007

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 860057/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar à IDEVALDO RODRIGUES SILVA concessão para lavrar AREIA e CASCALHO, nos Municípios de Jaraguá e São Francisco de Goiás, Estado de Goiás, numa área de 30,83ha, delimitada por um polígono que tem um vértice a 858m, no rumo verdadeiro de 14º50'NW do ponto de Coordenadas Geográficas: Lat. 15º51'19,3"S e Long. 49º13'02,1"W, e os lados a partir deste vértice com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 119,10m-NW 00º00'00", 147m-SW 90º00'00", 236m-NW 00º00'00", 103m-SW 90º00'00", 100m-NW 00º00'00", 119m-SW 90º00'00", 100m-NW 00º00'00", 131m-SW 90º00'00", 100m-NW 00º00'00", 100m-SW 90º00'00", 164m-NW 00º00'00", 247m-SW 90º00'00", 16m-NW 00º00'00", 453m-SW 90º00'00", 160m-NW 00º00'00", 380m-SW 90º00'00", 109,90m-NW 00º00'00", 20m-SW 90º00'00", 180m-SE 90º00'00", 69,90m-SW 00º00'00", 150m-SE 90º00'00", 99,90m-NW 00º00'00", 80m-SE 90º00'00", 150m-SW 00º00'00", 470m-SE 90º00'00", 36,10m-SW 00º00'00", 66,71m-SE 90º00'00", 23,90m-SW 00º00'00", 133,29m-SE 90º00'00", 50m-SW 00º00'00", 100m-SE 90º00'00", 70m-SW 00º00'00", 100m-SE 90º00'00", 100m-SW 00º00'00", 100m-SE 90º00'00", 50m-SW 00º00'00", 150m-SW 00º00'00", 100m-SE 90º00'00", 55m-SW 00º00'00", 100m-NE 89º59'50".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAIR

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA Nº 37, DE 19 DE JANEIRO DE 2007

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, no inciso I do artigo 3º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 5.842, de 13 de julho de 2006; Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC, aprovado pela Resolução Commeto nº 04, de 2 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da

conformidade; Considerando que a certificação de auditores de sistema de gestão ambiental contribui decisivamente para proporcionar credibilidade no processo supramencionado, desenvolvido no âmbito do SBAC; Considerando a relevância dos cursos de auditores na implementação dos programas de certificação de sistemas de gestão ambiental; Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de melhoria, empreendido no Programa de Avaliação da Conformidade de Sistema de Gestão Ambiental; Considerando a necessidade de avaliar a conformidade das empresas que ministram os cursos de auditores de sistemas de gestão ambiental, no âmbito do SBAC, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Aprovar o Regulamento de Avaliação da Conformidade de Cursos de Auditores de Sistema de Gestão Ambiental, disponibilizado no site www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro
Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade - DIPAC
Rua Santa Alexandrina, 416 - 8º andar - Rio Comprido
CEP 20261-232 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Os Organismos de Treinamento poderão obter, voluntariamente, a certificação de seus cursos de auditores de sistemas de gestão ambiental, através dos Organismos de Certificação de Produtos - OCP acreditados pelo Inmetro.

Art. 3º Os Organismos de Certificação de Produtos - OCP, acreditados pelo Inmetro para atuarem na certificação dos cursos de auditores de sistemas de gestão ambiental, deverão implementar o processo de avaliação da conformidade de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento de Avaliação da Conformidade, ora aprovado.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 547, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2006

Estabelece o Marco Regulatório que dispõe sobre estratégias de gestão de recursos hídricos nas bacias dos rios Poti e Longá e procedimentos e condições para as outorgas preventiva e de direito de uso, considerando a regularização das intervenções e usos atuais, bem como as regras para as intervenções e usos futuros.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, I, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 173, de 17 de abril de 2006, o SECRETÁRIO DE ESTADO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ - SRH, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41 da Lei do Estado do Ceará nº 11.996, de 24 de julho de 1992, e o SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42 da Lei do Estado do Piauí nº 5.165, de 8 de janeiro de 2000, e considerando o art. 4º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que determina que a União se articulará com os Estados, tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum, considerando as ações para a gestão integrada dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios Poti e Longá, envolvendo a ANA, o Estado do Piauí, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMAR-PI, o Estado do Ceará, por meio da Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH-CE e da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará - COGERH, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e os Ministérios Públicos dos Estados do Piauí e do Ceará, visando a harmonizar os critérios, normas e procedimentos relativos à outorga e monitoramento dos usos de recursos hídricos, à gestão integrada dos reservatórios, à determinação do plano de regularização e ordenamento de usos e à otimização dos investimentos em intervenções hídricas, considerando que, no âmbito da estratégia de articulação institucional para a gestão integrada dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios Poti e Longá, foi constituído o Grupo de Articulação Institucional - GAI, com poder deliberativo, composto por dirigentes da ANA, dos órgãos gestores estaduais do Piauí e do Ceará, do DNOCS e da CODEVASF, e o Grupo Técnico Operacional - GTO, composto por técnicos das instituições acima citadas e dos Ministérios Públicos dos Estados do Piauí e do Ceará, que tem por objetivo dar suporte técnico para a definição, implementação e acompanhamento deste Marco Regulatório, resolvem:

Art. 1º Estabelecer o Marco Regulatório que dispõe sobre estratégias de gestão de recursos hídricos nas bacias dos rios Poti e Longá e procedimentos e condições para a outorga de direito de uso, considerando a regularização das intervenções e usos atuais, bem como as regras para as intervenções e usos futuros.



Art. 2º Para os fins desta Resolução, fica definido que:

I - Outorga de direito de uso de recursos hídricos: é o ato administrativo mediante o qual a autoridade outorgante facilita ao requerente o direito de uso dos recursos hídricos, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato, considerada a legislação específica;

II - Outorga preventiva de uso de recursos hídricos: é o ato administrativo emitido pela autoridade outorgante competente destinado a reservar a vazão passível de outorga, possibilitando aos investidores o planejamento de empreendimentos que necessitem desses recursos;

III - Marco Regulatório: marco legal de regulação do uso das águas, caracterizado por regras de uso de recursos hídricos e elaborado de forma negociada entre órgãos gestores de recursos hídricos, para uma determinada bacia hidrográfica;

IV - As bacias hidrográficas dos rios Poti e Longá, referenciadas pelos eixos dos cursos principais no rio Pamaliba, de coordenadas 42º 50' 00"W; 05º 02' 00"S e 41º 56' 00"W; 03º 09' 00"S, respectivamente, serão denominadas simplesmente BACIAS;

V - A bacia do rio Inhuçu, referenciada pelo seu eixo no rio Poti, nas coordenadas geográficas 41º 14' 00"W; 04º 58' 00"S, inclui seus afluentes denominados Macambira e Piauí.

Art. 3º Os procedimentos e critérios definidos nesta Resolução são válidos para novos atos de outorga preventiva ou outorga de direito de uso, bem como para a renovação das outorgas em vigor, de acordo com a dominialidade das águas, para os seguintes usos:

I - derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;

II - outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

§1º Não serão objeto de outorga de direito de uso de recursos hídricos, devendo ser cadastrados em formulário específico disponibilizado pela autoridade outorgante competente, os usos associados a vazões de captação superficiais ou subterâneas inferiores a 2 m³/h (dois metros cúbicos por hora), enquanto não houver deliberação do comitê de bacia hidrográfica, aprovada pelo respectivo conselho de recursos hídricos.

§2º Os usuários cujas captações forem consideradas insignificantes receberão um certificado de dispensa de outorga por parte da autoridade outorgante competente, ficando obrigados a manter atualizadas suas informações cadastrais junto à respectiva autoridade outorgante.

Art. 4º O requerimento de outorga de uso será formulado, por escrito, à ANA ou à autoridade outorgante competente estadual, de acordo com a dominialidade dos recursos hídricos, e deverá ser instruído com, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação do requerente;

II - a identificação do empreendimento;

III - a localização geográfica do(s) ponto(s) de interferência do objeto do pleito de outorga, incluindo nome do corpo de água e da bacia hidrográfica principal;

IV - a especificação da(s) finalidade(s) do(s) uso(s) da água;

V - as vazões requeridas e o seu regime de variação, em termos de número de dias de captação em cada mês e de número de horas de captação em cada dia, nos casos de captações ou derivações de água superficial ou subterrânea; e

VI - a indicação dos demais documentos encaminhados anexos ao pedido.

§1º Os formulários para requerimento de outorga deverão estar disponíveis na sede da autoridade outorgante competente e na sua página na internet, juntamente com as instruções de preenchimento.

§2º Implantada a delegação da outorga de direito de uso, os pedidos à ANA serão encaminhados diretamente à autoridade outorgante delegada.

Art. 5º Para anulação do pedido de outorga, a autoridade outorgante competente deverá verificar:

I - o preenchimento correto do(s) formulário(s);

II - a documentação apresentada, incluindo informações técnicas, projetos e croquis;

III - a localização geográfica do(s) ponto(s) de interferência e a dominialidade das águas; e

IV - a adequação dos valores informados.

Art. 6º A autoridade outorgante competente, ou o próprio requerente, dará publicidade aos pedidos de outorga de uso de recursos hídricos, por meio de divulgação no Diário Oficial do Estado.

§1º No caso de solicitações de outorga de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, a ANA deverá dar publicidade do pedido no Diário Oficial da União.

§2º Da divulgação do pedido de outorga deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do requerente: nome, CPF/RG ou CNPJ; e

II - localização geográfica e hidrográfica, vazão solicitada e finalidade a que se destinem as águas.

Art. 7º O prazo máximo, ressalvados os prazos legais mais restritivos estabelecidos por lei, para manifestação técnica conclusiva da autoridade outorgante competente é de 90 (noventa) dias, contados da data de autuação do processo, não se computando o prazo despendido pelo requerente para apresentar as informações complementares solicitadas.

Art. 8º O processo objeto do requerimento de outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser arquivado quando o requerente deixar de apresentar as informações ou documentos solicitados pela autoridade outorgante, após três meses, contados da data da ciência da solicitação pelo requerente.

Art. 9º Os pedidos de outorga poderão ser indeferidos em função do não-cumprimento das exigências técnicas ou legais ou do interesse público, mediante decisão devidamente fundamentada, devendo ser publicada na forma de extrato no Diário Oficial.

Art. 10. O extrato da Portaria ou da Resolução de concessão da outorga deverá ser publicado no respectivo Diário Oficial, pela autoridade outorgante competente, ou pelo próprio requerente, no mínimo, com as seguintes informações:

I - identificação do requerente: nome, CPF/RG ou CNPJ;

II - localização geográfica e hidrográfica, vazão outorgada e finalidade a que se destinem as águas;

III - prazo da outorga; e

IV - número do processo administrativo autuado.

Art. 11 Os atos de outorga observarão as restrições decorrentes do balanço entre disponibilidade hídrica e demanda, em termos quantitativos e qualitativos, realizado de forma integrada no âmbito das BACIAS.

Art. 12. Ao analisar os pedidos de outorga de uso de recursos hídricos, a autoridade outorgante competente deverá observar, na análise técnica desses pedidos:

I - o uso racional da água;

II - a disponibilidade hídrica para atendimento à solicitação.

§1º A avaliação quanto à disponibilidade hídrica deverá considerar a compatibilidade entre a demanda hídrica e as finalidades pretendidas.

§2º O DNOCS e a CODEVASF poderão, quando demandados pelos órgãos gestores de recursos hídricos, contribuir no processo de emissão de outorgas, mediante análise e emissão de parecer técnico preliminar.

Art. 13. Na análise de solicitações de outorga para captações e derivações de água, deverá ser utilizada como referência a vazão regularizada com 100% de garantia para os principais açúdes já construídos ou previstos nas BACIAS.

Parágrafo único. Nos processos anuais de alocação negociada de água, deverão ser reservados aos usuários volumes compatíveis com as disponibilidades hídricas.

Art. 14. A capacidade máxima de acumulação para os novos açúdes a serem construídos na bacia do rio Inhuçu, no Estado do Ceará, é de 420 hm³.

Parágrafo único. Atingida a capacidade máxima de acumulação, a vazão regularizada com 100% de garantia do Sistema Inhuçu-Lontras é de 3,05m³/s.

Art. 15. A capacidade máxima de acumulação dos novos açúdes a serem construídos na bacia do rio Poti, excluída a bacia do rio Inhuçu, no Estado do Ceará, é de 490 hm³.

Parágrafo único. Atingida a capacidade máxima de acumulação, a vazão regularizada com 100% de garantia do açúde Fronteiras é de 4,40m³/s.

Art. 16. A capacidade máxima de acumulação dos novos açúdes na bacia do rio Poti, no Estado do Piauí, desde a divisa com o Estado do Ceará até a seção prevista para o açúde Castelo, de coordenadas aproximadas de 05º 04'00"S e 41º 35'00"W, é de 1.250 hm³.

§1º Atingida a capacidade máxima de acumulação, a vazão regularizada com 100% de garantia do açúde Castelo é de 9,50m³/s.

§2º O projeto de novos açúdes no rio Poti, a jusante da seção prevista para o açúde Castelo, deverá considerar a açudagem existente e prevista em toda a bacia.

Art. 17. O planejamento e a implantação dos açúdes deverão ser precedidos, respectivamente, de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos, além de outras licenças exigidas pela legislação, tal como as exigidas pelos órgãos ambientais.

Art. 18. A vazão de entrega do Estado do Ceará para o Estado do Piauí, no rio Piracuruca, na divisa geográfica dos Estados, será de 250 l/s (duzentos e cinquenta litros por segundo).

Parágrafo único. A vazão de entrega estabelecida no caput poderá ser aumentada para até 300 l/s (trezentos litros por segundo), em articulação entre os órgãos gestores intervenientes no processo e edição de resolução conjunta, em função de demandas devidamente justificadas.

Art. 19. A vazão de entrega do Estado do Ceará para o Estado do Piauí será de 500 l/s (quinhentos litros por segundo), correspondendo ao somatório das vazões dos rios Inhuçu e Poti na divisa dos Estados, devendo ser suprida em sua totalidade pelo Estado do Ceará, quando a soma das capacidades de acumulação dos novos açúdes nas bacias dos rios Inhuçu e Poti atingirem, em seu primeiro enchimento, os valores totais constantes nos arts. 14 e 15.

§1º Durante a fase de operação dos reservatórios, quando os volumes acumulados nos reservatórios atingirem os limites mínimos operacionais, a vazão de entrega deverá ser revista pelos órgãos gestores intervenientes no processo, para estabelecimento de valores temporários racionalizados, com a edição de resolução conjunta.

§2º Enquanto os novos reservatórios a serem construídos nas bacias dos rios Poti e Inhuçu não atingirem, em seu primeiro enchimento, a capacidade total de acumulação prevista nos arts. 14 e 15, a vazão de entrega será definida, por meio de resolução conjunta, dentro do limite estabelecido no caput, proporcionalmente à capacidade de acumulação dos novos reservatórios implantados.

Art. 20. Para o monitoramento qualitativo e quantitativo das águas das bacias dos rios Poti e Longá e acompanhamento do atendimento das vazões de entrega entre os Estados, a ANA, em articulação com os órgãos intervenientes no processo - SRI-CE, COGERH-CE, SEMAR-PI, DNOCS e CODEVASF - definirá os pontos em que será necessária a instalação de novas estações, baseando-se na rede existente e na possibilidade de apoio à fiscalização do cumprimento das outorgas e usos não-regularizados.

§1º A definição dos parâmetros químicos, físicos e biológicos a serem analisados, a periodicidade das campanhas e a localização dos pontos de monitoramento qualitativo das águas dos açúdes e das seções de rios serão realizadas por meio de um plano de monitoramento a ser aprovado por resolução conjunta.

§2º Para o acompanhamento do cumprimento das vazões de entrega estabelecidas nos arts. 18 e 19, a ANA e os Estados do Ceará e Piauí articular-se-ão para o monitoramento das vazões dos rios Piauí, Piracuruca e Poti, nas divisas entre os Estados.

§3º A ANA e os Estados do Ceará e Piauí articular-se-ão visando à implantação de estações pluviométricas para o monitoramento das vazões afluentes e defluentes dos reservatórios.

§4º Os dados resultantes das observações serão armazenados e divulgados pela ANA e pelos demais órgãos gestores de recursos hídricos.

Art. 21. Para efeito de formação de um banco de dados integrado, as autoridades outorgantes deverão alimentar o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH com as informações advindas das outorgas emitidas.

Art. 22. Os parâmetros e critérios definidos nesta Resolução serão revisados no prazo de até dez anos.

Parágrafo único. No caso de aprovação dos planos das bacias dos rios Poti e Longá, esta Resolução deverá ser revista e a adequada às estratégias e prioridades definidas para as bacias.

Art. 23. Objetivando a implementação e o acompanhamento das ações para a gestão integrada dos recursos hídricos nas BACIAS, ficam mantidos o Grupo de Articulação Institucional - GAI, com poder deliberativo, e o Grupo Técnico Operacional - GTO, responsável pelos estudos técnicos, cujos componentes serão definidos por meio de portarias.

Parágrafo único. O GTO, em articulação com os usuários, entidades da sociedade civil e instituições públicas que atuam nas BACIAS, irá apoiar a constituição de comissões gestoras por reservatório ou trecho de rio.

Art. 24. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MACHADO

EDINARDO XIMENES RODRIGUES

DALTON MELO MACAMBIRA

## Ministério do Trabalho e Emprego

### CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE  
Em 19 de dezembro de 2006

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração faz público que, em reunião de 19 de dezembro de 2006, o Conselho Nacional de Imigração deferiu o seguinte pedido de concessão de permanência definitiva.

Processo nº 46000.023131/2006-60 Estrangeiro: James Matthew Taylor Nacionalidade: Britânica Tipo de visto: Permanência definitiva

Prazo: Indeterminado Amparo legal: Resolução Administrativa 05/03.

NILTON FREITAS

RETIFICAÇÕES

No despacho do Presidente do Conselho Nacional de Imigração, de 20 de julho de 2006, publicado no DOU nº 137, de 19 de julho de 2006, Seção 1, pág. 84, no Processo nº 46000.005697/2006-18, onde se lê: Chaudhari Trupatiben Vajujibi, leia-se: Chaudhari Trupatiben Vishnubhai.

No despacho do Presidente do Conselho Nacional de Imigração, de 21 de novembro de 2006, publicado no DOU nº 227, de 28 de novembro de 2006, Seção 1, pág. 148, no Processo nº 46000.016365/2005-51 onde se lê: Jason Stuart Canty Scott Vinsuu Heald, leia-se: Jason Stuart Canty.

### SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DO SECRETÁRIO  
Em 22 de janeiro de 2006

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, previstos na Portaria nº 343, de 04 de Maio de 2000 e alterações posteriores, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos do artigo 5º da Portaria nº 343/2000. A impugnação será feita mediante requerimento e entregues no Protocolo Geral do Ministério do Trabalho e Emprego, vedada a interposição por via postal, instruída com os seguintes documentos: